



Resenha

20/08/2010 - “O Grupo dos 7/8” - Alcances e Dilemas.....p.01

Introdutório, acessível e completo, o livro de Hugo Dobson sobre o Grupo dos 8 países mais poderosos do globo oferece um panorama crítico acerca dos encontros informais destes líderes. Sua capacidade de poder aliada a problemas de legitimidade trazem dilemas para os membros do Grupo, na medida em que se configura como peça chave da governança global.

20/08/2010 - A nova configuração mundial do poderp.07

DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. A Nova Configuração Mundial do Poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 423 p. (ISBN 978-85-7753-069-4).

“O Grupo dos 7/8” – alcances e dilemas

Resenha
Economia & Comércio
Marina Scotelaro de Castro
20 de Agosto de 2010

Introdutório, acessível e completo, o livro de Hugo Dobson sobre o Grupo dos 8 países mais poderosos do globo oferece um panorama crítico acerca dos encontros informais destes líderes. Sua capacidade de poder aliada a problemas de legitimidade trazem dilemas para os membros do Grupo, na medida em que se configura como peça chave da governança global.

O Grupo dos 8¹ ocupa uma importante posição na governança global, por ser um fórum que agrupa atores diretamente envolvidos na sua gestão da ordem internacional. Além disso, encobre uma variedade de meios os quais são utilizados para conectar diversas arenas relacionadas às relações internacionais. Mesmo que existam outras instituições globais mais formais que desempenhem papéis concretos no sistema internacional (por exemplo, FMI, Banco Mundial, Nações Unidas), o G8 pode ser entendido como fórum de articulação de idéias, que posteriormente poderão ser incorporadas para tais organizações internacionais para serem implementadas, com intuito de maximizar o resultado pretendido por elas. Pode-se considerar que o Grupo dos 8 se comporta como um grande *think-tank*² cujo intuito seria auxiliar na coordenação de ações relacionadas ao bem estar da governança global.

Em seu livro, *The Group of 7/8*, Hugo Dobson tenta demonstrar como o G8 consegue influenciar informalmente os padrões dos eventos mundiais ao

encorajar cursos de ações particulares de outros Estados e de outras instituições internacionais. A plena divulgação dos documentos resultantes das cúpulas de negociação dos membros do G8 é ponto notório e crucial para que este grupo seja inserido com tamanha importância na construção de idéias dentro do sistema internacional.

O G8 não pode ser considerado como uma instituição formal, como o autor deixa claro nas primeiras páginas do livro. Resumidamente, Dobson descreve o grupo como um foro restrito, no qual os representantes dos Estados mais poderosos do mundo se encontram regularmente objetivando: criar uma consciência coletiva sobre seu papel no sistema internacional e definir uma agenda de temas globais, construindo redes com outras organizações a fim de realizar determinadas ações desejadas pelos membros que compõem o G8.

Origens

A intenção inicial era reunir os chefes de Estado das economias mais poderosas do globo em um ambiente informal acreditando que juntos compreenderiam melhor seus problemas internos, bem como as responsabilidades internacionais as quais compartilham. Isso ajudaria a resolver os dilemas encontrados por tais

¹ Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Canadá, Japão, Reino Unido e Federação Russa.

² Grupo de investigação, instituição ou organização que tem como função produzir conhecimento nas mais diversas áreas.

atores fazendo uso de interações pessoais e de idéias originais³.

Oficialmente se compôs como G6⁴, em 1975, para ser um fórum *ad hoc*⁵ que adotaria o modelo de discussões informais com intuito de dialogar, naquele momento, acerca de políticas macroeconômicas entre os líderes dos países mais industrializados⁶. A escolha do tema deveu-se a conjuntura do sistema internacional, que vivenciava um período de crise do petróleo.

Ao longo dos anos, sua agenda se amplia e, principalmente desde o final da década de 1980, passa a incorporar temas como o colapso da URSS e o terrorismo internacional no terceiro mundo. Teoricamente, nenhum dos temas é definido segundo interesses particulares de qualquer um dos países do G8, mas sim relacionados a questões de ordem mundial.

Em 1976, torna-se G7, com a inclusão do Canadá. Em 1998, ocorre a plena inclusão da Rússia e, já com 8 membros⁷, tornou-se um dos veículos mais relevantes para formatação de assuntos como mudanças climáticas e dívida africana, temas estes nunca antes abordados no âmbito do G8.

Atualmente, os 8 países juntos detêm: dois terços do PIB mundial; metade do valor do comércio internacional; quatro dos cinco membros permanentes do Conselho

de Segurança das Nações Unidas; e grande parte do controle sobre as contribuições e decisões ao FMI e o Banco Mundial. Ao mesmo tempo em que estes dados são foco de contestação, por demonstrar a concentração do poder internacional, eles reforçam a importância indissociável que os membros do G8 detêm para o desenvolvimento das relações internacionais, pontos claros no argumento do autor.

Organização, funcionamento e documentos

A idéia inicial, como dito anteriormente, seria de reunir apenas os líderes, individualmente, sem suas burocracias, em torno de uma atmosfera informal a fim de formar um consenso essencialmente político. Contudo, sempre houve a interferência por meio da participação de ministros de Estado nas reuniões (Ministros de Finanças de Relações Exteriores). Além das representações principais, ampliando o nível de participação, existem outros atores que se envolvem aleatoriamente nas cúpulas, sendo principalmente: (1) outros Estados não-membros (quando convidados); (2) grupos da sociedade civil; e (3) mídia e imprensa mundiais.

Não existe critério para entrada de novos membros ou retirada dos já existentes. A entrada de novos membros se dá pelo consenso dos 8 que formam o grupo, depois de observados alguns requisitos para incorporação de um outro membro, de maneira geral, relacionada a importância do Estado para a ordem internacional bem como características internas que se assemelhem às dos outros membros. A falta de formalidades neste processo, aponta Dobson, é substituída por um acordo consentido pelos membros que teria o objetivo de dar mais legitimidade ao processo.

As cúpulas acontecem alternadamente nos países-membros, em ciclos que se completam a cada sete anos, seguindo a

³ A margem de manobra em discussões informais seria o ponto chave para a formulação de consenso sobre políticas efetivas e eficazes.

⁴ Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália, França e Japão.

⁵ Sem uma regularidade fixa, convocado sem uma periodicidade definida.

⁶ Posteriormente, a classificação para os membros seguiria a idéia dos países mais poderosos do mundo, e não os mais industrializados.

⁷ Entretanto, a incorporação da Rússia nos processos de cúpula não se deu para todas áreas; ainda que possua representação de vários níveis, a Rússia não participa nas reuniões dos Ministros de Finanças. Tal razão justifica o nome dado pelo autor do livro de Grupo dos 7 – sem a Rússia e dos 8 – com a Rússia: 7/8.

ordem de sede: França, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Japão, Itália e Canadá. Neste ano corrente de 2010, o 5º ciclo, iniciado em 2003, foi concluído, com a plena incorporação da Rússia. A divisão em ciclos na análise de Dobson é relevante na medida em que é capaz de diferenciar as mudanças sofridas nas agendas durante os períodos de 7 anos: no 1º ciclo, predominaram preocupações macroeconômicas; no 2º, temas de política e segurança; manobras utilizadas pela URSS nos 3º e 4º ciclos; e por fim, presencia-se, desde o 4º ciclo, uma ênfase na África e no terrorismo (principalmente no início do 5º ciclo, com os ataques terroristas proferidos aos Estados Unidos em 11 de setembro).

As reuniões não acontecem obrigatoriamente em lugares oficiais (para evitar certas formalidades); podem acontecer em hotéis de luxo ou mesmo em palácios e até nas próprias residências dos líderes anfitriões. Para estes últimos, sediar uma cúpula pode demonstrar contribuição e compromisso do país para a sociedade internacional. Por questões de segurança, geralmente acontecem afastadas dos grandes centros urbanos, a fim de evitar impactos negativos de possíveis protestos⁸.

A deliberação final dos encontros do G8 não tem nenhum mecanismo que vincule os Estados a qualquer obrigação formal. As declarações conjuntas (documentos oficiais) são amplamente divulgadas, contendo todos os aspectos das discussões realizadas. Estes documentos são importantes visto que podem ser utilizados por diplomatas, oficiais e mesmo pelos próprios líderes em situações futuras (posteriores às cúpulas),

⁸ O fim dos anos 1990 marcou foi marcado pela crescente onda de protestos até que, em 2000, um protesto na cúpula de Gênova resultou em uma morte dentre os manifestantes pela ação da polícia. Desde então, o policiamento tem sido reforçado e medidas tem sido implementadas para afastar e os protestos mais violentos dos locais das cúpulas.

visto que tais publicações são fonte de posição oficial dos atores envolvidos nas cúpulas. De um modo geral, são bases seguras e claras das ações de força política que foram firmadas previamente e publicadas para o mundo.

As declarações produzidas também fornecem um guia para outros mecanismos multilaterais que promovem a governança global, definindo parâmetros, prioridades, princípios e programas para instituições internacionais. Além disso, podem e de fato impõem certa disciplina nas economias domésticas dos países do grupo, quando seus comunicados passam a ser incorporados na agenda interna.

Críticas e Desafios

Dobson observa que às cúpulas sempre é concedido um grande *status* pela mídia em termos de importância, mas o foco sobre as cúpulas se esvai muito rapidamente. A percepção construída sobre as mesmas resulta em considerá-las como um espetáculo fugaz de relações públicas, cada vez mais irrelevante para solucionar os problemas propostos. Contudo, o próprio autor afirma que o G8 não deve ser visto como a “cúpula de salvação do mundo”, já que provocaria interpretações errôneas sobre suas funções. É exatamente essa visão que leva ao desapontamento geral quanto às expectativas que são criadas para as ações do G8. Tais expectativas demonstram a tendência de valorizar a influência que as cúpulas exercem sobre os próprios constituintes do cenário internacional, ainda que tenha sido alvo de uma crítica contundente e inevitável que gira em torno de sua representatividade e legitimidade para lidar com os impasses da ordem internacional.

A natureza antidemocrática do fórum e seu peso desproporcional que fora auto-concedido aos 8 membros para decidir os rumos das relações internacionais (sem a presença dos outros 186 países

reconhecidos no globo) é o lócus central da insatisfação daqueles que protestam sobre a organização do fórum.

Como resposta a esse questionamento, o G8 tem executado uma política de ampliação do seu escopo de participantes nas cúpulas como outros governos, empresários, grupos da sociedade civil e a própria imprensa, a fim de demonstrar transparência para assim conseguir legitimidade no cenário internacional – processo denominado como *outreach*. A busca pela legitimidade envolveria então os processos vindos de baixo (*bottom-up*) em detrimento da concentração de poder em Estados dominantes (*top-down*).

A China é um potencial membro, devido a sua crescente importância econômica para as relações internacionais, afirma o autor. Os dilemas para essa inserção, além de demonstrada historicamente, com a indiferença do país às produções das cúpulas do G8, se traduzem no “confortável” posicionamento chinês com um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O que o autor não trabalha de maneira mais profunda é que tal posicionamento chinês está relacionado à situação da Federação Russa dentro do fórum: ainda que faça parte, não ser plenamente incluído não é parte do interesse da China.

Além de interesses econômicos a inserção da China permanentemente no fórum objetiva um maior enquadramento deste Estado frente às normas internacionais vigentes. Existem outras representações candidatas à entrada no grupo, que garantiriam uma melhor representação “geográfica” no fórum, como por exemplo, Brasil, Índia e África do Sul. Além de delegar mais poder participativo a outras nações emergentes do globo dentro das cúpulas, auxiliaria no desenvolvimento dessas localidades⁹.

⁹ Maior destaque na mídia internacional, obras de infra-estrutura para sediar as reuniões, dentre outros aspectos que promoveriam o desenvolvimento local.

Não seria o caso de uma substituição? Uma iniciativa na busca de maior legitimidade do processo foi a criação, pelo próprio G8, do Grupo dos 20 em 1999¹⁰, como uma iniciativa de estabelecer reuniões entre os ministros de finanças e os presidentes de bancos centrais buscando assim fortalecer a arquitetura financeira internacional. A criação de um novo fórum nos moldes em que foi constituído o G8 há quase quatro décadas, englobando agora 90% da economia global, permite uma resposta às críticas de falta de representatividade, aumentando também a *accountability* dos processos. Contudo, não se sabe quais seriam as melhores escolhas para sua substituição, se é que tal processo se dá em andamento.

Essas críticas quanto à legitimidade e representatividade do G8 têm sido levantadas por grupos da sociedade civil; constata-se a emergência de vários protestos organizados e realizados nos locais próximos as cúpulas. Esse movimento só começa a surgir a partir da década de 1990, pois antes, desde sua criação, o G8 não sofria com esse tipo de pressão, visto a falta de acesso de conhecimento da sociedade sobre sua existência.

Existe uma preocupação grande com a segurança dos encontros devido a estes protestos, geralmente descritos como antiglobalizantes. A inserção legal da sociedade civil aconteceu desde os anos 2000, delegando um pouco mais de espaço aos grupos de protesto. Contudo, os protestos mais agressivos acabam por forçar o isolamento das cúpulas, minando em certa medida a transparência e legitimidade do processo como um todo. Isso leva naturalmente a um ciclo vicioso de críticas aos diálogos do grupo, cujos membros vêm-se frequentemente limitados quanto aos cursos de ação que devem ser adotados para lidar com a situação.

¹⁰ Em especial, fora criado para lidar com a crise asiática do fim da década de 1990.

Se o G8 é ou não efetivo, vai depender de um numero de assuntos tanto dentro quanto fora do seu controle – a liderança dos seus membros, a habilidade de se chegar ao consenso e também os custos tomados para execução das cúpulas.

Direções futuras

A capacidade de adaptação do fórum – característica clara de sua informalidade – tem sido determinante para que o G8 se atualize frente às demandas das dinâmicas internacionais.

O G8 não tem a pretensão de expandir oficialmente seus membros, contudo tem realizado nos últimos anos uma política de expansão que fornece convites para a participação de outros atores não membros, como meio de resposta às críticas feitas a sua exclusividade e falta de representatividade.

E esta questão continuará sendo um dos assuntos mais discutidos, sendo que já foi uma demanda desde seus primórdios. Os membros sempre se mostraram bem restritivos quanto à adesão de novos membros devido aos parâmetros para inserção e também por questão políticas de relacionamentos entre os Estados. A adesão da Rússia só foi viável após a dissolução da União Soviética, quando houve a adequação e disposição da mesma em seguir os parâmetros compartilhados pelos membros do antigo G7; e a inserção da China no grupo torna-se um desafio maior em função dos interesses do Japão neste processo.

Ao contrário do que possa parecer, a participação das ONGs, mesmo que contida pelo forte policiamento implementado nas reuniões, tem ganhado um papel cada vez maior nas cúpulas. Ao ampliar a participação da sociedade civil durante as cúpulas, O G8 lida com as críticas sofridas e, ao engajar grupos sociais no processo, reforça a transparência de todos os processos feitos durante os encontros anuais.

Em suma, o autor aponta que o G8 oferece: (1) um esquema para a governança global por meio de seus comunicados e de suas declarações a fim de prover direção à política e (2) auxílio e complementação às instituições internacionais. O grupo pode ser visto como a materialização da necessidade de se aumentar a coordenação na política e nos comportamentos em uma série de situações.

Mais do que um espaço concreto para atuar dentro da governança global, o G8 promove constantemente uma vitrine para discussões sobre os assuntos da governança global. Sua grande capacidade de adaptação aos assuntos específicos da atualidade, além de tender a criar cada vez mais um corpo mais apropriado, tem sido crucial para existência do grupo em tempos de constantes questionamentos sobre sua efetividade para a manutenção sustentável da ordem internacional.

Hugo Dobson aponta para o fato de que o grupo, ao mesmo tempo em que é apenas um fórum restrito que busca consenso entre seus participantes, não deixa ser considerado pela comunidade internacional como um forte mecanismo de governança global, independente se efetivo ou não. Ainda que as críticas existentes tenham demandando manobras políticas de adequação, o G8 possui um reconhecimento que lhe delega um importante papel na ordem internacional que não pode ser desconsiderado.

O livro como um todo é um razoável guia introdutório à discussão do G8, na medida em que, mesmo de forma resumida, consegue condensar objetivamente os pontos positivos e negativos que circundam o processo em que se insere este grupo. Contudo, não se pode considerar que nele estejam presentes determinados pontos que orbitam em torno das dinâmicas do G8 e que, em alguma medida, são indissociáveis do mesmo. A própria caracterização do G8 como um fórum não institucionalizado

feita pelo autor abre margens para várias interpretações do que seriam de fato as cúpulas; ainda que o autor aponte isso como um lado positivo do grupo, pouca discussão foi feita sobre as vantagens da institucionalização de fato.

Existe uma vasta literatura que trabalha com as dimensões do processo político do G8 para além das críticas correntes, o que serve para complementar o livro de Hugo Dobson. Ainda que o fato de ter sido produzido num centro de pesquisas canadense não influencie diretamente nas análises do livro, é importante que se busque novas perspectivas de centros de produção de conhecimento de lugares periféricos para que novas abordagens sejam contrapostas e novos dilemas sejam colocados em uma questão tão delicada quanto essa que se refere a um elemento fundamental da gestão da ordem internacional contemporânea.

Referências

Livro:

DOBSON, Hugo. **The Group Of 7/8**. Routledge: London, 2007.

Palavras Chaves: G8, legitimidade, reforma, governança global.

A nova configuração mundial do poder

Resenha
Vinícius Tavares de Oliveira
20 de Agosto de 2010

DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *A Nova Configuração Mundial do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 423 p. (ISBN 978-85-7753-069-4).

Em 1992 a revista *Política Externa* lançava sua primeira edição. A tarefa era extremamente árdua: escrever sobre a nova ordem internacional que emergira com o final da guerra fria. O mundo se deparava com uma grande dúvida: o que se seguiria a partir de agora? Desde então, contando com autores respeitados nos mais diversos campos da política internacional, a revista *Política Externa* vem tentando se antecipar a acontecimentos e apresentar, ao leitor, análises completas e academicamente respaldadas.

Nos dezoito anos que se passaram, mais de 10.000 páginas foram escritas em mais de 60 volumes feitos por quase 500 autores nos mais de 800 artigos publicados pela revista. Em 2008, três autores receberam o convite da editora Paz e Terra, que detém os direitos autorais da revista, para selecionar os 20 melhores artigos da revista.

A partir daí, Gilberto Dupas, Celso Lafer e Carlos Eduardo Lins da Silva se debruçaram nos artigos e fizeram uma publicação muito interessante que, como afirma Dupas, na introdução, se lido na sequência escolhida os artigos revelarão “profundidade analítica e capacidade de previsão suficientes para abranger boa parte da dinâmica das tensões ocorridas durante a tentativa de exercício de domínio unipolar pelos EUA do pós Guerra Fria até os dias atuais, incluindo suas repercussões na emergência de novas realidades na periferia do

capitalismo mundial.” (DUPAS, 2008, p. 8)

Os artigos e a evolução da política internacional no pós Guerra Fria

Em uma divisão feita pela edição do *Conjuntura Internacional*, os artigos foram classificados nessas categorias: Política Internacional, Economia, Política Externa, Direitos Humanos/Meio Ambiente e Direito Internacional. Desta forma, a partir da leitura dos artigos, e buscando classificá-los nestas categorias, temos o seguinte resultado: 11 artigos de Política Internacional, 3 de Economia, 2 de Política Externa, 2 de Direitos Humanos/Meio Ambiente e 2 de Direito Internacional.

ECONOMIA

Em 1993, Celso Furtado alertava sobre os perigos do déficit da poupança dos Estados Unidos e propunha uma forma prospectiva para se avaliar o futuro como se este já fizesse parte da história. Além disso, o autor tratava do rápido crescimento das empresas transnacionais o que, em sua visão, serviria para aumentar o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Ainda em 1994, o então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva escrevia sobre a agenda que levaria à Cúpula de Miami, caso eleito presidente. O candidato criticava o

bloqueio estadunidense a Cuba e a prioridade da Cúpula em debater questões de ajuste econômico puro e simples, quando deveria debater sobre ajustes sociais que seriam aliados ao desenvolvimento econômico. Lula enfatizava, também, a importância do Estado na regulação econômica.

Fernando Henrique Cardoso, em 2007, revisitava um texto de sua autoria de mais de quarenta anos onde este afirmava que seria simplório demais afirmar que a dependência da periferia em relação ao centro seria inevitável. Agora, atualizando sua tese para o novo panorama da América Latina, FHC se valia do esquema histórico-estrutural para fazer análises fundamentadas sobre a nova ordem econômica internacional. Cardoso acreditava que o sucesso de políticas econômicas internacionais teria por base boas lideranças políticas, além de uma boa base estrutural. Concluía que, embora o centro econômico mundial ainda permanecesse em alguns pólos do Norte, um espaço para o crescimento ainda era possível de se observar entre os países em desenvolvimento.

POLÍTICA EXTERNA

No final da década de 1990, Gelson Fonseca Jr. analisava a nova ordem internacional que emergira com o colapso da União Soviética e como a política externa brasileira se comportaria nesse contexto. Para o autor, o Brasil se manteria na condição de potência média. Sua melhora na posição relativa no sistema internacional seria proporcional à sua capacidade de implementar políticas internas que pudessem diminuir a desigualdade da distribuição de renda e os direitos humanos.

Sergio Amaral, no final de 2006, pensava uma política externa para o século XXI. Para Amaral, o Brasil precisava se adaptar aos novos tempos de um mercado mais

competitivo e um novo jogo nos domínios do poder internacional. No campo econômico, o autor defendia a ideia de um Mercosul mais eficaz e que se decidisse entre área de livre comércio e união aduaneira. Seria necessário manter as tradições brasileiras no campo da política externa, mas também a se adaptar às novas realidades da política internacional.

POLÍTICA INTERNACIONAL

O livro começa com o ensaio de Hélio Jaguaribe que foi lançado na primeira edição da revista, em 1992, com o título de “A nova ordem mundial”. No artigo são analisadas as novas nuances da política internacional com o recente colapso da União Soviética, além de buscar, na história, fundamentações para este colapso. O autor já aponta para uma possível era unipolar que se seguiria a diante.

Ainda em 1993, Albert Hirschman voltava suas atenções para o terceiro mundo, relativizando as temeridades do mundo bipolar e questionando se o fim da Guerra Fria não seria ruim para os países subdesenvolvidos, em especial os da América Latina. Uma vez que, agora, a ameaça que os Estados deste continente pudessem se tornar socialista era mínima, o que diminuía seu poder de barganha frente às potências capitalistas. Para Hirschman, a ordem agora teria que “ser atraente” para atrair investimentos e ter uma voz no novo cenário.

Em 1994, Paulo Nogueira Batista voltava-se para as questões sociais, em especial as questões trabalhistas. Seu ponto é interessante porque demonstra o pragmatismo que cerceia este aspecto. O autor relembra o final da Segunda Guerra Mundial, onde os EUA pressionavam países menos desenvolvidos para abrirem substancialmente seus mercados nacionais. Tal pressão, segundo Batista, devia-se ao fato de que o país, à época, era

a maior economia e não poderia ser abalada por países 'do segundo escalão'. Contudo, quando do final da Guerra Fria, e com a ameaça de mercados asiáticos, brasileiro e mexicano, que não respeitavam condições mínimas de trabalho, os Estados Unidos tratavam da questão trabalhista com maior apressamento, movendo para uma padronização das condições internacionais de trabalho (*labour standards*). Porém, quando a China passa a ser um grande aliado de empresas americanas, e até do próprio governo, o país norte americano relativiza seu apreço por tais *labour standards* e deixa de criticar pesadamente a China. Assim, o autor aponta o caráter pragmático dos problemas que cercam a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na virada do século XX para o XXI, Samuel Huntington levava em consideração a posição dos EUA no novo cenário internacional. Segundo o autor, o maior risco que os estadunidenses corriam era de se tornarem a "potência solitária", ou seja, agir de forma unilateral em todas as ocasiões. Huntington afirmava que o novo sistema internacional apresentava um hibridismo *unimultipolar* que jamais fora visto. Além disso, o autor argumenta que a situação ótima dos Estados Unidos seria de reconhecer este hibridismo para que, assim, pudesse se beneficiar do novo panorama internacional.

Em 2002, Guillermo O'Donnell escrevia sobre o dilema das novas democracias que surgiram na América Latina entre se tornarem democracias políticas ou democracias economias. O'Donnell elevava os benefícios alcançados nas últimas décadas, como as eleições livres, a liberdade de expressão e o livre gozo do direito político. Contudo, o autor levantava o problema dos direitos civis e da violência pública como a maior ameaça destas novas democracias. Para ele, o desafio seria aliar este novo direito político com os direitos civis. Ele alertava que, se tal conciliação não fosse alcançada, o subcontinente poderia mergulhar,

novamente, numa onda totalitária.

Edgar Morin, ainda em 2002, avaliava o fenômeno da globalização em todos os seus aspectos. O título de seu ensaio, "Sociedade-mundo ou Império-mundo?", já mostrava a ênfase que o autor gostaria de dar: questionar-se sobre o padrão internacional de relacionamentos, sejam eles em âmbito estatal ou individual. Para ele, porém, o cenário era um tanto quanto assustador, na medida em que este processo avassalador de invenção e troca de conhecimento tenderia à hiperindividualização e hiperespecialização. Para ele, o ideal seria tomar o que a civilização ocidental e oriental tivesse de melhor, e tentar uma coordenação entre estes dois modelos de sociedade.

Luciano Martins, ao final de 2002, escrevia sobre a (des)ordem que emergira no final da Guerra Fria. Para o autor, a promessa de uma ordem mais igualitária e multipolar que se esperava não foi alcançada. Ao contrário, o mundo parecia cada vez mais inseguro e desigual. O terrorismo (inclusive o de Estado), neste contexto, figurava como uma das causas dessa insegurança. Além disso, a atuação unilateral dos Estados Unidos fazia com que toda e qualquer tentativa de se estabelecer instâncias reguladoras da ordem internacional caíssem por terra.

Gilberto Dulpas, em 2003, escrevia sobre como os atentados de 11 de setembro moldaram a política externa estadunidense. O fato, segundo o autor, contribuiu para que o Islamismo fosse considerado como o "diferente" e incompatível com os valores supostamente universais dos EUA. Ao mesmo tempo, Dulpas traçava um paralelo entre o Islamismo e as religiões dominantes nos Estados Unidos, classificando-as como "potencialmente semelhantes", uma vez que ambas não toleravam o "diferente". A partir daí, o autor levantava uma série de perguntas a respeito de uma possível ruptura da

ordem internacional vigente e de uma potencial nova ordem.

Celso Amorim, em seu ensaio “Multilateralismo Acessório”, escrevia como a atuação unilateral dos Estados Unidos poderia levar o sistema ONU, que fora construído lentamente através de consensos, a um colapso. Amorim exaltava os mecanismos das Nações Unidas de resolução de conflitos, mas temia que a dita “responsabilidade única” auto proclamada dos Estados Unidos poderia prejudicar este sistema.

Álvaro Vasconcelos, ainda em 2003, voltava sua atenção à Europa e como o continente se relacionava na nova ordem mundial. Para ele, o equilíbrio e a estabilidade adviriam do relacionamento entre Estados Unidos e Europa. Contudo, a guerra no Iraque em 2003 havia criado uma divisão entre europeus e americanos. Essa divergência veio em um momento crucial para o processo de integração europeu: a admissão de mais 10 membros, dentre eles alguns claramente atlanticistas como Portugal e Espanha. A Europa estava insatisfeita com as posições estadunidenses, principalmente no que tange à adesão do protocolo de Kyoto e ao Tribunal Penal Internacional. Essa divisão, feita no núcleo duro da Europa (o eixo franco-alemão e o Reino Unido), deixava claro o desagrado da União Européia (UE) na ‘divisão das obrigações’ entre EUA e UE, na qual o primeiro se atinha às questões de *hard security* e o segundo de *soft security*.

Hans Blix, ao final de 2005, olhava para a problemática da guerra no Iraque e constatava: uma vez que não foram encontradas armas de destruição em massa, a única justificativa de invasão se apoiaria em uma fraca investigação ou numa manipulação. Para ele, o fato de o engajamento ter ocorrido de forma unilateral poderia enfraquecer a ONU e seu mecanismo de segurança coletiva. Além disso, o autor argumentava que um processo de investigação de qualquer caso

deveria ser feito por uma espécie de comissão internacional, com inspetores profissionais e altamente capacitados. Já no caso da Coreia do Norte e Irã, Blix argumentava que o caminho para o sucesso dos mediadores estaria em dar garantias contra ameaças externas (como uma invasão, por exemplo). Além disso, o autor afirmou que o sistema internacional gostaria de ver nos Estados Unidos uma espécie de “lobo líder” e não “lobo solitário”, uma potência unilateral.

DIREITO INTERNACIONAL

Celso Lafer, em 1998, colocava em perspectiva os avanços alcançados pelo direito internacional nas regulações do comércio internacional. O autor considerava que o final da Guerra Fria foi de grande importância para a criação de uma “nova” legislação pública internacional, o que, em última análise, auxiliou organismos internacionais como a OMC e promoveu, também, uma maior integração entre as economias nacionais.

Seguindo esta mesma linha de análise, Guido Fernando Silva avaliava a guerra do Iraque, de 2003, sob a ótica das teorias do direito internacional. Sua conclusão era clara: não havia teoria do direito internacional que pudesse validar ou legitimar a guerra no Iraque. Para Silva, a ação dos Estados Unidos poderia fragilizar o sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, além de desmoralizar a organização internacionalmente.

DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE

Em 2004, Aníbal Quijano tratava sobre a questão indígena na América Latina e suas ‘pendências’. Para ele, este aspecto era de extrema importância, uma vez que este problema vinha sendo tratado de duas maneiras: a eliminação dos grupos

indígenas ou a sua readaptação em outro território. Seu maior argumento era de que a relação entre o Estado e estes grupos indígenas, que buscavam a sua identidade enquanto tal, poderia ser tensa se o primeiro não se ativesse a estas questões de maneira satisfatória.

Completando a seleção dos 20 ensaios, Rubens Ricupero escrevia no início de 2008 sobre a questão ambiental. Afirmava que a conferência de Bali (em 2007) alcançara um desfecho inesperado e potencialmente benéfico, mas que a questão ambiental era complexa e que o homem deveria escolher entre a manutenção de sua civilização nos moldes atuais, ou sua autodestruição. Para ele, potências como EUA e China deveriam abrir mão de uma parcela do crescimento econômico para que melhorias pudessem ser alcançadas. Além disso, Ricupero se debruçava na questão da energia atômica e das desigualdades que pairavam sobre a mesma. Para o autor, o Tratado de não Proliferação Nuclear¹ era potencialmente desigual e que isso traria alguns problemas para sua execução plena.

Considerações Finais

Como foi possível observar, os artigos falavam de um futuro não tão distante nas mais diversas faces da política internacional.

É interessante observar o esforço teórico/empírico feito que visava desvendar o novo. A Guerra Fria acabara e restava responder uma questão central e várias outras subquestões que se seguiam daí: o que se seguirá daqui pra frente? A política internacional será dominada por uma possível 'potência unipolar'? Quais seriam as novas prioridades dos Estados? E os atores sub e supra estatais?

Todas essas perguntas foram sendo trabalhadas com o passar do tempo e com

estes artigos. Certamente, como os próprios organizadores do livro afirmam, a dose de subjetividade na escolha dos mesmos está presente e não esconde certas preferências; contudo, o esforço foi muito válido e o livro consegue responder, ainda que não na totalidade, várias destas perguntas que rondavam as Relações Internacionais no pós Guerra Fria.

Palavras-chave: Política Internacional, Política Externa, Economia, Direito Internacional, Guerra Fria.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

¹ Ver glossário.